



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING IMPRESSO

27/03/2018

INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. CASO DÉCIO SÁ.....	1
1.2. DECISÕES.....	2 - 3
1.3. DESEMBARGADOR.....	4
1.4. VARA CRIMINAL.....	5
2. JORNAL EXTRA	
2.1. COMARCAS.....	6
3. JORNAL O DEBATE	
3.1. PRESIDÊNCIA.....	7 - 8
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	9
4.2. INSTITUCIONAL.....	10
4.3. PRESIDÊNCIA.....	11
5. JORNAL O PROGRESSO	
5.1. CORREIÇÕES.....	12 - 13
6. JORNAL O QUARTO PODER	
6.1. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	14
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. COMARCAS.....	15
7.2. CONVÊNIOS.....	16
7.3. CORREIÇÕES.....	17
7.4. ESMAM.....	18
7.5. INSTITUCIONAL.....	19
7.6. JUÍZES.....	20

E MAIS

- O deputado Raimundo Cutrim promete para esta semana na Assembleia Legislativa novas revelações sobre o caso Décio Sá..

**ESTADO
MAIOR**

A blindagem de Cabo
Campos e Levi Pontes
na Assembleia.

POLÍTICA 3

ESTADO MAIOR

Blindados

Acusado pela própria esposa de agressão e alvo de um processo na Justiça Estadual, o deputado Cabo Campos retornou às atividades na Assembleia Legislativa. Depois de quase um mês ausente do Parlamento, Campos parece ter ganhado fôlego, blindado pela Comissão de Ética da Casa, onde responde a denúncia por quebra de decoro.

Além dele, o deputado Levi Pontes (PCdoB) também enfrenta problemas na casa. E também parece blindado pelos colegas.

Aparentemente à vontade, Cabo Campos - que foi afastado da própria residência pela Justiça - cumpre rotina inalterada de trabalho no mês que homenageia a mulher.

O parlamentar sofreu forte pressão no início de março, quando entidades resolveram pedir punição a ele; e a própria ouvidoria da Mulher na

Assembleia Legislativa resolveu apresentar denúncia contra ele.

Mas a questão perdeu força nas últimas semanas, sobretudo quando o deputado foi à tribuna para expor sua vida pessoal. Desde então, o assunto ficou esquecido no parlamento.

O caso de Levi Pontes é bem mais complicado, porque se trata de questão política, não pessoal; e com sinais de corrupção aberta, além de não ser a primeira vez do deputado.

Com as representações no Conselho de Ética da Assembleia, tanto Campos quanto Pontes poderiam sofrer sanções como resposta à sociedade. Mas, ao que parece, os colegas pretendem manter ambos como se nada tivesse acontecido. Até que o tempo passe.

**Os deputados
Cabo Campos
e Levi Pontes
seguem na
Assembleia
sem pressão**

ASSEMBLEIA EM FOCO

Vara

Devido aos conflitos ocorridos no campo, o deputado Zé Inácio (PT) reuniu-se com o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, para discutir a instalação da primeira Vara Agrária do Maranhão no Poder Judiciário. O pedido é uma indicação do deputado, que requer a criação da Vara Especial Agrária, com sede em São Luís e competência em todo o Estado.

Preso ex-policial condenado por tráfico de droga

Silas de Almeida fazia parte de uma quadrilha especializada na preparação e venda de merla

O ex-policial militar Silas Castro de Almeida foi preso ontem em um posto de táxi, no bairro do São Cristóvão, em cumprimento de uma ordem judicial expedida pela juíza titular da 1ª Vara da Comarca de Paço do Lumiar, Jaqueline Reis Caracas. Ele havia sido condenado a 8 anos de prisão pelo crime de tráfico de entorpecente.

A prisão do ex-militar foi feita pela equipe da Superintendência Estadual de Repressão ao Narcotráfico (Senarc). O delegado Carlos Alessandro de Assis, superintendente da Senarc, explicou que Silas Castro foi preso no seu local de trabalho e encaminhado ainda ontem para o Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

Ainda de acordo com as informações do delegado, o ex-policial faz parte de uma quadrilha especializada em distribuição e produção de droga, principalmente merla. Em 2004, a polícia conseguiu localizar o laboratório desse

bando, na cidade de Paço do Lumiar, e encontrou certa quantidade de merla, cocaína, barrilha e material para embalar o entorpecente.

O ex-militar foi excluído da corporação ainda em 2004 após ter sido comprovado durante investigação da Polícia Civil e Corregedoria da Polícia Militar que ele participava dessa ação criminosa.

A Senarc, no último dia 22, prendeu, o 2º sargento da Polícia Militar do Maranhão, Carlos Magno Alves Diniz, no Jardim Eldorado, na área do Turu, acusado de ter vendido uma pistola calibre 380 para o criminoso Eliseu de Jesus Diniz Filho, que tem passagem por tráfico de drogas.

A polícia informou que Eliseu Filho teria pago ao sargento a quantia de R\$ 3.200,00 pela pistola calibre 380. ●

Integra em oestadoma.com/443725

Comarca de Penalva realiza edição de Páscoa Solidária

O Poder Judiciário de Penalva realizou nesta quarta-feira, dia 21, a 2ª edição do projeto Páscoa Solidária. O projeto é feito em parceria com o Ministério Público, com participação efetiva de servidores do fórum e da promotoria, com cunho filantrópico voltado para a melhoria das condições sociais das crianças carentes residentes na zona rural de Penalva e nas áreas periféricas da sede do município que são beneficiadas com um dia de alegria e de festa.

BateRebate

BALANÇO



O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, fez um balanço das atividades desenvolvidas nos 100 dias no comando do Judiciário maranhense. O magistrado tomou posse no dia 15 de dezembro de 2017. “Em 100 dias, o Tribunal de Justiça promoveu importantes ações no sentido de modernizar o serviço prestado aos jurisdicionados, com ênfase para projetos voltados à celeridade processual”, afirma o desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos.

>> ANOTA AÍ!

Exposição no Fórum - Como parte das atividades do mês em que se celebra o Dia Internacional da Mulher, está em cartaz na Galeria de Arte do Fórum Des. Sarney Costa (Calhau) a exposição "Eu sou Mulher". A exposição, fica em cartaz na Galeria Celso Antônio de Menezes (hall do Fórum) só até hoje, dia 27 de março. O espaço é aberto ao público de segunda a sexta-feira, exceto nos feriados, das 8h às 18h.

PARLAMENTO

www.oimparcial.com.br\parlamento
parlamento@oimparcial.com.br



Deputado solicita criação de Vara Agrária

O deputado estadual Zé Inácio (PT) e o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, discutiram, na semana passada, a instalação da primeira Vara Agrária do Estado do Maranhão no Poder Judiciário. O pedido é uma indicação do deputado, que requer a criação da Vara para processar e julgar com exclusividade as ações que tratem de questões agrárias envolvendo conflitos fundiários coletivos por posse de terras rurais.

O projeto visa combater a violência no campo e solucionar os diversos conflitos agrários e fundiários por posse de terras rurais. A tensão social agrava-se a cada dia e envolve casos de ameaças a grupos vulneráveis da sociedade, como é o caso das quebradeiras de coco, trabalhadores e trabalhadoras rurais, indígenas e quilombolas.

Durante a reunião, ficou acordado que haverá novo encontro com o desembargador José e representantes das entidades que lutam para combater a violência no campo.

Há seis anos, o Maranhão ocupa a primeira colocação em número de ocorrências em todo o país. Segundo relatório da Comissão Pastoral da Terra em São Luís, em 2016 foram registrados 194 conflitos em 75 cidades, com 13 mortes e mais de 31 mil famílias afetadas.

Magistrado

Quem circulou no fim de semana em São Luís foi o presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (Rio de Janeiro e Espírito Santo), André Ricardo Fontes. O magistrado fluminense foi recepcionado pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos e pelos desembargadores Lourival Serejo (vice-presidente), Paulo Velten Pereira (diretor da Esmam), Jamil Gedeon, José Jorge Figueiredo dos Anjos e Marcelino Ewerton. Em São Luís proferiu palestra sobre a fundamentação adequada ou legítima da sentença judicial, regra instituída pelo Novo Código de Processo Civil.

FISCALIZAÇÃO: CGJ-MA realiza correição em Varas e Juizados da capital e interior

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) está realizando procedimentos de correição ordinária e extraordinária em varas e juizados da capital e do interior, de acordo com a Portaria N° 751/2018, que dispõe sobre o calendário de correições de 2018. As correições prosseguem até 21 de novembro, em 90 unidades judiciais da Comarca da Ilha de São Luís e do interior do Estado.

Durante o procedimento, os juízes corregedores atendem pessoalmente as partes, advogados ou interessados em colaborar com os trabalhos, que podem apresentar sugestões, noticiar irregularidades, formular reclamações, oferecer representações ou fazer observações que visem à adequação e aprimoramento dos serviços da Justiça. Após o encerramento dos trabalhos, são elaborados relatórios individualizados e cir-

cunstanciados, por unidade correicionada, dos fatos constatados durante a correição.

Nesta segunda-feira (26), a 15ª Vara Cível da capital passou pelo procedimento. A 6ª Vara Cível também passou por correição no último dia 19. No interior, já foram correicionadas, no período de 12 a 15 de março, as varas únicas das comarcas de Guimarães, Mirinzal, São Bento e Alcântara. Na próxima semana (2 a 6 de abril), passarão por correição as comarcas de Vitória do Mearim, Arari, Cantanhede e Anajatuba.

As correições das varas judiciais são realizadas pelos juízes corregedores Gladiston Cutrim, Francisca Galiza e Raimundo Bogéa ou pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, com auxílio dos juízes corregedores.

JUIZADOS - No âmbito dos

juizados especiais, já passaram por correições o 6º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo (6 a 8 de março) e o 7º Juizado Especiais Cíveis e das Relações de Consumo de São Luís (20 a 22 de março). Na próxima semana (2 a 6 e abril), passam por correição o Juizado Especial Cível e Criminal de Açailândia e a Turma Recursal Cível e Criminal de Imperatriz.

Segundo o coordenador dos Juizados Especiais, juiz Marcelo Libério, responsável pelas correições no âmbito dos Juizados e Turmas, os trabalhos consistem na verificação dos processos por amostragem, com foco nos mais antigos.

Ele informa que as correições têm demonstrado o aumento da demanda processual dirigida aos juizados a cada ano, o que esbarra em dificuldades relacionadas à sobrecarga de magistrados e servidores. Apesar disso, a produtividade continua positiva, com o julgamento de pro-

cessos acima de 100% em relação à quantidade recebida. "O tempo para audiências e sentenças verificados também são positivos, esbarrando apenas na execução, por dificuldades causadas pelas partes e do próprio sistema processual", avalia.

CORREIÇÃO - Consiste na fiscalização rotineira e periódica das unidades judiciais, realizada pessoalmente pelo corregedor-geral ou por juiz de Direito por ele designado, na Justiça de 1º Grau do Estado do Maranhão. O procedimento é regulamentado pelo artigo 35 do Código de Divisão e Organização; artigo 30, IV, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão; artigo 6º, IV, do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça; e pelo artigo 6º da Resolução N° 24/2009 do TJMA, que determinam a correição geral ordinária anual em pelo menos um terço das unidades judiciais do Estado. (*Asscom CGJ*)



Divulgação

Juízes corregedores Gladiston Cutrim e Francisca Galiza realizam correição na 15ª Vara Cível da capital

Exposição mostra a beleza de mulheres com deficiência

Como parte das atividades do mês em que se celebra o Dia Internacional da Mulher, está em cartaz na Galeria de Arte do Fórum Des. Sarney Costa (Calhau) a exposição "Eu sou Mulher", organizada pelo Coletivo de Mulheres com Deficiência do Maranhão. São 16 fotografias que resgatam a feminilidade da mulher com deficiência. A exposição, em múltiplos formatos acessíveis, foi inaugurada na terça-feira (20) e fica em cartaz na Galeria Celso Antônio de Menezes (hall do Fórum) até o dia 27 de março. O espaço é aberto ao público de segunda a sexta-feira, exceto nos feriados, das 8h às 18h.

A advogada e especialista em Direito da Pessoa com Deficiência, Priscilla Selares, deficiente visual há 18 anos e modelo do ensaio fotográfico, disse que um dos objetivos da exposição é tirar da invisibilidade a mulher com deficiência. "É mostrar a nossa feminilidade; que o olhar das pessoas parem na nossa condição de mulher e não em nossa condição de pessoa com deficiência", afirmou.

Comarca de Penalva realiza edição de Páscoa Solidária

O Poder Judiciário de Penalva realizou, na quarta-feira (21), a 2ª edição do projeto Páscoa Solidária. O projeto é feito em parceria com o Ministério Público, com participação efetiva de servidores do fórum e da promotoria, com cunho filantrópico voltado para a melhoria das condições sociais das crianças carentes residentes na zona rural de Penalva e nas áreas periféricas da sede do município que são beneficiadas com um dia de alegria e de festa. Na edição deste ano, o projeto contemplou com ovos de Páscoa as crianças internadas no Hospital Municipal Jesus de Nazaré como

forma de levar um pouco de alegria às crianças que estão internadas na unidade. Também foram contemplados os alunos da Escola Domingos Gomes, que fica situada no Bairro Novo na sede do município de Penalva, um bairro com grande vulnerabilidade social. “Durante a execução do evento foi possível alcançar mais de 130 crianças que devido a condição socioeconômica nunca tiveram a oportunidade de desfrutar de um ovo de páscoa. Com este ato de amor foi possível ver nos rostos das crianças a alegria e satisfação pelo momento propiciado”, explicou o juiz titular

Carlos Alberto Matos Brito. E seguiu: “A ação social é uma forma de aproximar o Poder Judiciário com a sociedade penalvense, na tentativa de amenizar as problemáticas sociais, trazendo alegria e esperança para as crianças, pois a Páscoa é um período de renovação da esperança por uma sociedade mais justa e igualitária”. Por fim, o juiz estendeu agradecimentos aos servidores do Fórum e da Promotoria de Penalva e ao Grupo Mateus pelo segundo ano consecutivo abraçar essa causa, bem como aos advogados militantes na comarca.

Parceria

Convênio celebrado entre a Escola Superior da Magistratura do Poder Judiciário do Maranhão e a Procuradoria Geral do Estado vai possibilitar integração institucional e aperfeiçoamento técnico de servidores da Justiça estadual e da PGE. Com a parceria – que prevê mútua cooperação técnica, científica, acadêmica e cultural, bem como o intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências, com ênfase na pesquisa jurídica – membros e servidores de ambas as instituições passam a ter percentual de vagas disponíveis nas atividades acadêmicas.

CGJ-MA realiza correição em Varas e Juizados da capital e interior

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) está realizando procedimentos de correição ordinária e extraordinária em varas e juizados da capital e do interior, de acordo com a Portaria Nº 751/2018, que dispõe sobre o calendário de correições de 2018. As correições prosseguem até 21 de novembro, em 90 unidades judiciais da Comarca da Ilha de São Luís e do interior do Estado. Durante o procedimento, os juízes corregedores atendem pessoalmente as partes, advogados ou interessados em colaborar com os trabalhos, que podem apresentar sugestões, noticiar irregularidades, formular reclamações, oferecer representações ou fazer observações que visem à adequação e aprimoramento dos serviços da Justiça. Após o encerramento dos trabalhos, são elaborados

relatórios individualizados e circunstanciados, por unidade correicionada, dos fatos constatados durante a correição. Ontem (26), a 15ª Vara Cível da capital passou pelo procedimento. A 6ª Vara Cível também passou por correição no último dia 19. No interior, já foram correicionadas, no período de 12 a 15 de março, as varas únicas das comarcas de Guimarães, Mirinzal, São Bento e Alcântara. Na próxima semana (2 a 6 de abril), passarão por correição as comarcas de Vitória do Mearim, Arari, Cantanhede e Anajatuba.

CORREIÇÃO

Consiste na fiscalização das unidades judiciais, realizada pelo corregedor-geral ou por juiz de Direito por ele designado, na Justiça de 1º Grau do Estado do Maranhão.



A parceria firmada é um avanço importante para a Esmam e garante mais realizações formativas em tempos de orçamento escasso. Quando a gente faz essa troca é sempre uma experiência enriquecedora”, afirmou o diretor da Escola Superior da Magistratura do Poder Judiciário do Maranhão desembargador Paulo Velten.

Kátia Persovisan

katiapsv@hotmail.com • contato@katiapersovisan.com.br

Curta o facebook: <https://www.facebook.com/persovisan>

Blog: <http://blog.jornalpequeno.com.br/persovisan/>

CONTEXTO



Plenário da Assembleia

VARA

Devido aos conflitos ocorridos no campo, o deputado Zé Inácio (PT) reuniu-se com o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, para discutir a instalação da primeira Vara Agrária do Maranhão no Poder Judiciário. O pedido é uma indicação do deputado, que requer a criação da Vara Especial Agrária, com sede em São Luís e competência em todo o Estado.

1ª e 8ª Varas Cíveis de SL têm novos juízes titulares

Os juízes Kátia Coelho de Sousa Dias e José Eulálio Figueiredo de Almeida entraram em exercício como titulares, respectivamente, da 1ª e 8ª Varas Cíveis de São Luís. Os magistrados assinaram o termo de exercício, ontem (26), perante o diretor do Fórum Des. Sarney Costa, juiz José Edilson Caridade.

Kátia Coelho Dias, que deixa a titularidade da 3ª Vara do Tribunal do Júri da capital, foi removida por antiguidade para ocupar a vaga na unidade cível em decorrência do acesso do juiz Josemar Lopes dos Santos ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão.

José Eulálio Figueiredo foi removido também pelo critério de antiguidade, do Juizado Especial do Trânsito para a 8ª Vara Cível, ocupando a vaga em virtude do acesso do juiz Luiz Gonzaga Almeida Filho ao cargo de desembargador do TJMA.

A juíza Kátia Coelho Dias ingressou na magistratura maranhense, por concurso público, em maio de 1993, assumindo a Comarca de Coroatá. Professor do Departamento de Direito da Universidade Federal do Maranhão (Ufma) há 32 anos, onde ministra a disciplina Processo Penal, José Eulálio Figueiredo ingressou na magistratura em 1991, pela Comarca de Parnarama.